

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VOUZELA E PAÇOS DE VILHARIGUES



-----ATA NUMERO DEZASSEIS-----

-----Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia da União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues, no edifício sede da Junta de Freguesia em Vouzela. Nesta sessão estiveram presentes todos os elementos constituintes da Assembleia de Freguesia, à exceção de Suzana Ramos que informou antecipadamente a mesa de que, por motivos pessoais, não poderia estar presente. -----

-----Esta sessão teve a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----PONTO UM: leitura e aprovação da ata anterior;-----

-----PONTO DOIS: apreciar informação acerca das atividades exercidas pela junta de freguesia e situação financeira, de acordo com a alínea e), ponto 2, do artigo 9º, da lei n.º75/2013 de 12 de Setembro;-----

-----ORDEM DO DIA:-----

-----PONTO UM: apreciação, discussão e votação do plano de atividades e orçamento para 2025;-----

-----PONTO DOIS: comunicação e apreciação do quadro de pessoal de 2025;-----

-----PONTO TRÊS: comunicação e apreciação do cumprimento dos critérios para pagamento e remuneração a meio tempo ao Presidente do executivo da Junta de Freguesia;-----

-----PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

---- Diogo Tavares deu início à assembleia, solicitando aos presentes a votação de duas propostas a incluir na ordem de trabalhos. A primeira, apresentada pelo executivo da Junta de Freguesia, consistiu na inclusão de um quarto ponto na ordem do dia, referente à comunicação e discussão de um parecer a emitir pelo executivo sobre o nome a atribuir à Rua das Oliveiras. Em seguida, propôs à assembleia que as deliberações aprovadas na ordem de trabalhos produzissem efeitos imediatos, mediante a aprovação da presente ata em minuta. As propostas foram colocadas à votação e aprovadas por unanimidade. -----

----- Iniciou-se, de seguida, a leitura da ata da assembleia anterior, que foi colocada à apreciação e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Ponto Dois: apreciar a informação relativa às atividades exercidas pela Junta de Freguesia e à situação financeira, de acordo com a alínea e), ponto 2, do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- Diogo Tavares passou a palavra ao Presidente do Executivo, José Lino, que informou os presentes de que continuaram a ser realizadas limpezas em várias ruas da vila e em diversos lugares de Paços de Vilharigues. Acrescentou que o cemitério e o adro da igreja de Paços de Vilharigues foram limpos e devidamente preparados. -----

----- Relativamente a obras, colaborações e benfeitorias, informou que, em parceria com a Câmara Municipal, foi colocado alcatrão em Vilharigues e na Touça, locais onde o pavimento se encontrava danificado, provocando infiltrações de água que originavam inundações em algumas habitações. Foram realizadas reparações na canalização do Monte de Paços, responsável por conduzir água até ao depósito destinado ao abastecimento de helicópteros ou camiões em caso de incêndio. Foi, ainda, instalada iluminação na Torre de Vilharigues, na Igreja Paroquial de Paços de Vilharigues e na Capela de S. Pedro, em Ameixas. -----

----- Deram início aos trabalhos de colocação de tubagem no estradão de acesso ao Cabeço do Castro e às obras de calcetamento em Paços, obras essas que se previam ser alargadas a outros lugares da freguesia. -----

----- No que respeita às atividades culturais, José Lino informou que, no dia 5 de outubro se realizou o terceiro Encontro de Bandas, em parceria com a Sociedade Musical Vouzelense, foi realizado o primeiro Festival da Broa e do Porco, em Paços de Vilharigues. O Executivo colaborou com a Liga dos Amigos de Vilharigues e com a Banda Musical Cultura e Recreio de Paços de Vilharigues na realização do tradicional magusto de S. Martinho; apoiou o aniversário do grupo Vozes da Terra; proporcionou um espetáculo de teatro aos alunos das escolas de Vouzela e de Paços de Vilharigues e encontrava-se a colaborar na Vila Natal, em diversas atividades organizadas pelo Município. -----

----- Acrescentou ainda, no que diz respeito às paragens de autocarro, questão abordada em assembleias anteriores, que seriam distribuídas quatro paragens: uma destinada à Escola Profissional e as restantes a serem colocadas nos locais mais nobres de ambas as freguesias, consoante as necessidades. -----

----- Diogo Tavares colocou o relatório de atividades à apreciação, tendo Luís Tavares pedido a palavra para frisar que na sua opinião, no que respeita à rua principal de Paços, deveria ser colocado tapete, sob a possibilidade de no final das obras o resultado não ser o esperado. Referiu que locais mais remotos do concelho como o Covelo ou Ansára têm um tapete, o que torna a viagem mais cómoda, que as estradas

de Paços são as piores do concelho e acrescentou que enquanto membro da assembleia de freguesia não pode deixar de expressar esta indignação, com todo o respeito que tem pelo presidente e respetivo executivo. Embora compreenda o motivo do calcetamento, defendeu que não justifica manter a traça histórica quando não há conforto para quem circula na via. José Lino esclareceu que a zona em causa ainda não dispunha de rede de saneamento, sendo provável que, num futuro próximo, fosse necessário levantar o calcetamento para proceder à sua instalação, o que implicaria a destruição do eventual tapete de alcatrão. -----

----- De seguida, tomou a palavra António Menezes, que, depois de expressar o seu apreço pela forma como as atas vinham sendo elaboradas, lamentou que os assuntos anteriormente por si levantados permanecessem atuais, não tendo observado quaisquer desenvolvimentos, o que o deixava com alguma tristeza. No que respeita às limpezas, referiu ter observado uma operação de limpeza no percurso entre o cruzamento da Ventosa e a freguesia de Paços de Vilharigues, considerando que os procedimentos adotados lhe pareceram adequados, mas deixou a questão sobre se os trabalhos se encontravam já concluídos. -----

----- Relativamente ao caminho romano, alertou para a necessidade de a limpeza ser realizada de forma a permitir a drenagem das águas, advertindo para o risco de se danificar parte do património histórico, caso isso não fosse acautelado. -----

----- Referiu que o parque do Olho Marinho está ao abandono, que as demarcações do terreno são pouco visíveis e que o parque de merendas do Monte de Cavalo oferece algum perigo para quem dele possa usufruir como zona de lazer. Acrescentou que o Caminho do Melado não oferece condições para circulação pedonal ou automóvel, além de existir um manancial de águas que estão desaproveitadas e que contribuem para a degradação do caminho e onde não se verifica qualquer intervenção. Apelou, também, à intervenção na Lavaria, que sendo um caminho e não uma serventia, corre o risco de ficar perdido por dificuldade em encontrar as delimitações do mesmo. Acrescentou que sobre a notícia da exclusão da desagregação de freguesias no concelho de Vouzela se trata de um marco histórico em que o poder político local traiu a justíssima expectativa das populações. Referiu não saber que iniciativas legislativas possam vir a surgir no futuro, mas recordou que foi deixado o alerta, inúmeras vezes, em assembleia de freguesia e noutras instâncias, com a disponibilidade total da oposição para colaborar, de forma apolítica, para levar a bom termo a desagregação das freguesias. Referiu que o processo estava ferido desde o início pela forma como foi encetado, tendo alertado para isso e a forma extemporânea da apreciação do mesmo motivou a sua exclusão, sendo esta a primeira assembleia de freguesia em que se sente verdadeiramente triste por ter ocorrido. Relativamente às limpezas dentro do perímetro urbano da vila, foi referido que, embora não seja da responsabilidade direta da Junta de Freguesia, esta deveria

manter-se atenta à situação. Foi salientado que parte da época de verão decorreu com as ruas cheias de ervas, o que transmitia uma imagem negativa da vila. Apesar de compreender que tal situação pudesse estar relacionada com a falta de pessoal, foi deixada a sugestão de se estabelecer contacto com o IEFP, no sentido de colmatar essa carência. -----

----- Foi questionado o Presidente do Executivo acerca da comunicação para o outro lado do Porto Salto, inquirindo se a mesma se encontrava concluída ou se ainda estavam previstos melhoramentos na infraestrutura, quer ao nível da entrada, quer da saída. -----

----- Foi igualmente colocada a questão sobre a disponibilidade online das atas das assembleias de freguesia. Caso não estivessem ainda acessíveis, foi deixada a sugestão para que passassem a ser disponibilizadas por essa via. -----

----- No que respeita à colocação de alcatrão, tema já anteriormente abordado, foi reforçado que, de facto, existem intervenções que necessitam de ser efetuadas. Defendeu-se, por isso, que as obras deveriam ser devidamente projetadas e calendarizadas, por forma a evitar o desperdício de dinheiros públicos. -----

----- Luís Tavares voltou a intervir, questionando o Executivo acerca do indeferimento da proposta de desagregação por parte da Assembleia da República. Perguntou se não teria sido mais vantajoso o PSD ter-se associado ao PS, partido que já tinha um processo devidamente instruído, considerando que havia um manifesto interesse na desagregação por parte de todos os envolvidos. Acrescentou que, caso essa união tivesse ocorrido, provavelmente, naquele momento, já se estaria a celebrar e a dar cumprimento à vontade do povo. -----

----- José Lino tomou a palavra e referiu que não havia sido apresentado pelo PS nenhuma proposta, nem na assembleia de freguesia nem na assembleia municipal, mas sim uma intenção. Acrescentou que todos convergimos nessa mesma intenção e que neste momento não há nenhuma decisão do plenário da assembleia da república, afirmou que Vouzela ainda não fora notificada. Recordou que a opção foi seguir o regime geral e não o especial, na sequência do entendimento do serviço jurídico do município.

----- Acrescentou que o facto de não termos sido desagregados agora, não quer dizer que não venha a acontecer no futuro e que o PSD não continue a lutar pela desagregação, garantindo que irá acontecer. -

----- Acrescentou que, caso se confirme em plenário a votação e o chumbo da proposta, os eleitos pelo PSD Vouzela comprometem-se até 6 meses antes das próximas eleições autárquicas a submeter à Assembleia da República novas propostas de desagregação de freguesias. António Menezes tomou a palavra e informou que existe um dossier que foi apresentado com a proposta de desagregação, não sendo apenas uma intenção. As folhas apresentadas elencavam os parâmetros que se pretendiam desenvolver e esperavam o contributo dos membros do PSD. De forma apolítica, todos os contributos

iriam ser pesados pela mesma balança, perseguindo todos o mesmo objetivo. Acrescentou que acredita não vir a haver qualquer pedido de esclarecimento por parte do grupo de trabalho e que não fazer sentido criar nenhum amortecedor, sendo motivo para estarmos todos tristes, reforçou a importância de dissecar o que se passou. Acrescentou ser um exemplo dramático em como a falta de modéstia e de acolhimento a uma posição que se pretendia apolítica, levou a um resultado inverso ao pretendido. José Lino refutou dizendo que na assembleia de freguesia foram apresentadas três folhas sobre uma proposta de aprovação de uma moção para desencadear um processo de desagregação e acrescentou que em relação à votação o PS teve na assembleia da república todos estes processos durante um ano e não tem conhecimento de ter sido criado um grupo de trabalho ou destes processos terem ido a votação. Afirmou que este processo não terminou, uma vez que a lei geral 39/2001 está em vigor pelo que qualquer freguesia que se queira constituir pode fazê-lo. Acrescentou que os serviços jurídicos do município, em articulação com a assembleia de freguesia estão a preparar um pedido de esclarecimento, porque até à data não há informação sobre o resultado do processo. Antes de passar para a ordem do dia, Diogo Tavares falou da degradação do parque da liberdade, assunto que já havia trazido algumas vezes à assembleia. Acrescentou que já partilhou a sua inquietação com os presidentes do executivo da junta e do município acerca das rampas de acesso junto às piscinas, alertando que caso se perspetivasse a abertura da vila natal no parque, tratando-se de um evento que acolhe muitas famílias seria fundamental salvaguardar a forma de conseguirem chegar. Acrescentou que a informação que recebeu do município foi que os serviços técnicos estão a tratar do assunto, apelando ao executivo da junta que exerça alguma pressão de forma a tornar o processo mais célere. José Lino informou que falou com o vice-presidente do município que referiu que aquele espaço carece de uma intervenção mais profunda porque há degradação de muros e infiltração de águas, pelo que será preciso colocar soluções para drenar águas e dar mais sustentabilidade aos muros. Diogo Tavares, tendo conhecimento que a misericórdia de Vouzela fez alterações ao seu parque infantil tirando alguns equipamentos, questionou a possibilidade de a junta de freguesia adquirir esse material, caso a Santa Casa da Misericórdia não tenha nenhum projeto para eles, e depois das devidas manutenções, caso houvesse necessidade, serem colocados em Paços ou noutro espaço da vila, uma vez que não há muitos espaços infantis e estando os materiais parados poderiam ser reutilizados. José Lino informou que os parques infantis e de diversão têm condições de segurança muito específicas, pelo que será difícil conseguir reutilizar equipamentos que cujas licenças de utilização estão noutros espaços.-----

-----ORDEM DO DIA:-----

-----No que respeita ao período da ordem do dia, apresentação discussão e votação do plano de atividades e orçamento para 2025, José Lino explicou de forma sucinta o documento, dizendo que este

espelha as opções políticas do executivo e que é um documento dinâmico, passível de ser alterado de modo a responder as necessidades que possam surgir na união de freguesias. Acrescentou que respeita o equilíbrio orçamental, sendo que as receitas cobrem as despesas para além de terem as receitas correntes a suportar as despesas correntes e ainda algum investimento. No que respeita aos investimentos e de acordo com o documento apresentado, destacou a beneficiação da entrada do Monte de Cavalo, a segunda fase do calçetamento do lado poente da estrada principal de Paços, o calçetamento/intervenção nos socacos do largo da feira e em articulação com o município, construção de casa de banho na casa mortuária em Paços de Vilharigues, onde já existe o espaço para o efeito, o alcatroamento do espaço da junta em Paços, a colocação de miradouro no Santo Amaro (virado para Vouzela – será um coração em metal), a requalificação do estradão na Cabeça do Castro – que já está iniciada, o calçetamento de uma parte do cemitério em Paços de Vilharigues, a requalificação de uma parte da rua principal em Ameixas, a requalificação do Moinho da Tapada e a intervenção em caminhos agrícolas. De seguida Diogo Tavares colocou o documento à apreciação da assembleia, tendo António Meneses usado da palavra para solicitar esclarecimento acerca das rubricas 06.03.01.99 e 06.03.07.99 referentes a receitas correntes nos valores de 10.850€ e 15.010€, respetivamente. De modo a ter um esclarecimento mais pormenorizado o presidente do executivo, com autorização da mesa, passou a palavra ao Senhor Carlos que explicou aos presentes que ambas são rubricas totalizadoras que agregam várias rubricas. A primeira refere-se a verba proveniente do estado em ano de eleições, para fazer face a despesas inerentes aos membros das mesas e a este processo. A segunda rubrica refere-se à possibilidade da junta de freguesia poder recorrer ao IEFP para alocação de trabalhadores ao abrigo do CEI. Tomando novamente a palavra António Meneses solicitou esclarecimento da rubrica, outros serviços, 02.02.25 nas despesas. O Senhor Carlos esclareceu que esta rubrica faz parte das despesas correntes e está alocada a outros serviços como manutenções ou contratação de pessoal. António Menezes sugeriu que quando se tratam de despesas e receitas avultadas, pudesse existir uma discriminação mais detalhada, para assim ser mais facilmente compreendida. Não havendo mais questões relativamente ao documento, o presidente da mesa colocou-o à votação, tendo sido aprovado com duas abstenções. -----

----Passando aos pontos dois e três da ordem do dia: comunicação e apreciação do quadro de pessoal de 2025 e comunicação e apreciação do cumprimento dos critérios para pagamento e remuneração a meio tempo ao Presidente do executivo da Junta de Freguesia, tratando-se apenas apreciações, Diogo Tavares sugeriu que o presidente do executivo abordasse os dois pontos de seguida, deixando no final espaço para algum esclarecimento. Assim, José Lino usou da palavra e acerca do ponto dois informou que está previsto para o ano de dois mil e vinte cinco a criação de um posto de trabalho estando já a decorrer um

concurso para admissão de um/uma administrativo/a. Após ter sido questionado sobre o ponto de situação e número de candidatos, José Lino informou que eram cerca de trinta candidatos, que passaram pelas entrevistas e testes psicotécnicos, mas apenas dois passaram nas provas escritas. Aguardam que o júri se pronuncie. Acerca do ponto três, José Lino deu conhecimento à mesa que está em vigor a remuneração dos órgãos autárquicos locais, sendo que as verbas são transferidas diretamente para o presidente da junta. António Menezes referiu que embora não seja obrigatório ir a votação considera que deveria ter sido feito, tendo já tenha manifestado a sua opinião positiva sobre este tema, até porque a remuneração não acontece com verba da junta. Passando ao ponto quatro da ordem do dia, José Lino informou que a junta de freguesia rececionou um pedido apresentado pelo senhor Agostinho Pires, no qual sugeria a atribuição de um nome à sua rua. Todavia, após análise da situação, entendeu-se ser necessário proceder previamente à clarificação do estatuto jurídico do referido caminho/rua, nomeadamente se se trata de um bem de domínio público ou privado, antes de qualquer deliberação quanto à eventual atribuição de toponímia. Antes de passar ao ponto seguinte António Menezes pediu a palavra e referiu que dois assuntos por si abordados não tiveram resposta do executivo: a comunicação do Porto Salto e apresentação da proposta quanto à disponibilidade das atas online, não sabendo se este é ou não um procedimento obrigatório. Diogo Tavares informou que as atas não estão online, contudo são de domínio público pelo que qualquer pessoa poderá vir consultar, acrescentado que não tem informação sobre a obrigatoriedade de estarem online, mas que a mesa se vai informar. O Senhor Carlos informou a assembleia que caso a junta de freguesia tenha site é obrigatório. Acerca do Porto Salto, José Lino, referiu que a obra é do município e que poderá indagar o mesmo e apresentar essa informação na próxima assembleia.-----

-----Concluindo a ordem de trabalhos, seguiu-se o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, e Diogo Tavares passou a palavra a Catarina Menezes que começou por referir que havia estado em duas assembleias anteriores, tendo tido oportunidade de falar na segunda e de explicar aquilo que de facto foi produzido, evidenciando o papel mal intencionado de quem apresentou o processo. Acrescentou que com todas os processos de desagregação de Vouzela foram excluídos por incumprimento de prazo de aprovação na assembleia municipal. De seguida, Catarina Menezes questionou o presidente da mesa da assembleia acerca do que pensa, sente e fará a este respeito, acrescentado que o processo saiu da assembleia mal instruído, mesmo pensando que pudesse seguir pela lei geral. Acrescentou que os processos não transitam para nenhum grupo de trabalho que analise a criação de novas freguesias, pois estas estão sujeitas a um novo pedido e afirmou que não há nenhuma nova freguesia que tenha equivalência territorial e nome igual às anteriormente criadas. Acrescentou que todos os elementos eleitos, pelo PSD e pelo PS se apresentaram folhas de intenções e que essas mesmas deveriam ter sido

trabalhadas em conjunto, afirmando que todos deviam ter estado unidos e não estiveram. Afirmou possuir legitimidade para falar pois dispensou o seu tempo, dinheiro e legitimidade política para acompanhar o processo. Assegurou que quando os elementos eleitos pelo PS disseram que havia um documento, de facto havia, mas não foi apresentado por respeito aos restantes eleitos e não foi apresentado ao longo do processo porque foi decidido nesta assembleia passar a tramitação deste relatório para a câmara municipal que conduziu tecnicamente mal o processo, propositadamente. Catarina Meneses acrescentou que a assembleia de freguesia falhou, desde o momento em que esta proposta foi apresentada até ao momento em que o relatório foi apresentado para ser votado, afirmando que ninguém exigiu junto da câmara, em momento nenhum, que o relatório fosse produzido a tempo e horas. Referiu que o grupo de trabalho que analisou os processos havia decidido e votado, aquando da sua constituição, os trâmites pelos quais balizaria os processos e a primeira regra votada, foi que todos os processos enviados fora do prazo de aprovação em assembleia municipal seriam excluídos, ou seja, os de Vouzela foram excluídos de imediato. Acrescentou que temos responsabilidade pública e política e que acreditava que, aquando da sua última intervenção, havia sido clara o suficiente para esclarecer que o desfecho seria este, se a mesa continuasse a defender o caminho da criação de freguesias. Acrescentou que a assembleia deveria apresentar desculpas aos fregueses e que no lugar da mesa se demitiria, pois teremos perdido a oportunidade de décadas e enquanto freguesa considera ter o direito de o dizer. Diogo Tavares tomou a palavra e em nome da mesa informou que tiveram há pouco conhecimento desta situação que terá sido votada hoje, pelo que não tem informação oficial em relação a esse assunto. Informou que a mesa acompanhou o processo com o gabinete jurídico na pessoa da doutora Célia, não acreditando que ela tenha tido um trabalho de má fé para encravar o processo. Acrescentou que a mesa acompanhou o processo, tendo várias vezes pedimos esclarecimentos sobre o mesmo ao gabinete jurídico. Acrescentou que nunca, em momento algum, os elementos da mesa e mesmo o Alpoim ou o José Manuel colocaram em causa este processo. Acrescentou que, quer admissão de responsabilidade, quer a possibilidade de demissão, será uma análise que nos cabe a nós, mesa fazer e que nossa responsabilidade foi votar favoravelmente à desagregação. Afirmou que acompanharemos tudo o que vier daqui para a frente e que votaremos sempre a favor da desagregação ou da criação de novas freguesias, não admitindo que seja colocada em causa a boa fé, neste processo, de todos os elementos eleitos pelo PSD. Catarina Meneses acrescentou que lamenta, não agora, mas daqui a dez, vinte ou trinta anos, referindo que são os atos que definem as pessoas e não as palavras. Diogo Tavares acrescentou que o ato da mesa foi votar favoravelmente ao processo e acompanhar o mesmo. Acrescentou ainda, que depois da comunicação formal ou final, caso seja dito que este processo falhou por culpa da mesa, admitiremos que estávamos errados quanto ao processo, embora a opção tomada

tenha sido sob a garantia dos serviços jurídicos do município, que aquele era o melhor caminho. António Meneses pediu a palavra e acrescentou que em quase todas as assembleias chamou a atenção para os prazos e para o caminho que estávamos a seguir, tendo sido desacompanhado e que no fim mexe com autonomia de população, considerando que teremos de assumir o erro. José Lino questionou onde estavam as pessoas há doze anos quando foi feita a agregação das freguesias, referiu não existirem atas nos arquivos da junta de freguesia que manifestem o desagrado do executivo nessa altura. António Meneses refere que todo o executivo se opôs, tendo havido e participado em manifestações públicas, além de existirem programas gravados, na Rádio Vouzela, onde este assunto foi descortinado. Diogo Tavares acrescentou que enquanto presidente da mesa sempre teve uma posição muito liberal, geradora de diálogos. Acrescentou que todos os elementos votaram e agiram de boa fé e que continuaremos a acompanhar o processo.-----

-----E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada, pelo Presidente da Assembleia, e por mim, que a secretariei.

Presidente da Assembleia de Freguesia

Diogo Filipe Gouveia Tavares
(Diogo Filipe Gouveia Tavares)

O 1º Secretário,

Carla Marisa Ferreira Santos
(Carla Marisa Ferreira Santos)